



CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DAS
VÍTIMAS, TESTEMUNHAS E COLABORADORES

CAO-VÍTIMAS

BOLETIM INFORMATIVO

EDIÇÃO Nº 05 | MAIO | 2025





APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Defesa das Vítimas, Testemunhas e Colaboradores tem como finalidade essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de pesquisas jurídicas, materiais de apoio, buscas processuais e realizações de projetos relacionados à área da defesa das Vítimas, Testemunhas e Colaboradores.

SUMÁRIO

LEGISLAÇÕES	4
ATUAÇÃO DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS E TRIBUNAIS DE JUSTIÇA	5
BANCO DE PEÇAS - CAO-VÍTIMAS	29

EQUIPE CAO-VÍTIMAS

Marcelle Rodrigues de Costa e Faria

Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Vítimas

Maisa Fidelis Gonçalves Pyramides

Promotora de Justiça e Coordenadora Adjunta do CAO-Vítimas

Matheus Augusto de Oliveira

Auxiliar Ministerial

Contato: cao.vitimas@mpmt.mp.br

Lei nº 14.321/2022

Altera a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, para tipificar o crime de violência institucional.

Lei nº 13.431/2017

Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Lei nº 11.340/2006

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências.

Lei nº 8.069/1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Lei nº 12.845/2013

Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.

Lei nº 9.807/1999

Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.

Lei nº 9099/1990

Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. É considerada um marco da justiça restaurativa, pois introduz no ordenamento brasileiro a ideia da justiça negociada.

Resolução CNMP nº 243

Dispõe sobre a Política Institucional de Proteção Integral às Vítimas de Infrações Penais e Atos Infracionais, voltada à assistência, reparação e respeito à dignidade e aos direitos fundamentais das vítimas.

MPMG REALIZA AÇÃO INSTITUCIONAL PARA FORTALECER O DEBATE SOBRE O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NAS ESCOLAS

Durante o mês de março, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) promoveu uma campanha institucional para fortalecer o combate à violência contra a mulher, implementando o tema como matéria a ser tratada nos currículos escolares. A ação foi coordenada de forma integrada pelos Centros de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Educação (Caoeduc), de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (CAO-VD), de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CAO-DCA) e pela Casa Lilian – Centro Estadual de Apoio às Vítimas.

A campanha teve como foco apoiar os promotores de Justiça para que atuassem diretamente em seus territórios, cobrando a realização de atividades pedagógicas nas escolas e a efetiva inclusão da temática da prevenção à violência contra a mulher nos currículos da educação básica, conforme determina a legislação.

Com adesão de 34 comarcas, 66 municípios mineiros contaram com a atuação direta de promotores de Justiça, que, com o suporte dos Centros de Apoio, requisitaram informações, recomendaram medidas às secretarias de educação e escolas particulares e estão acompanhando a implementação das atividades.

Na comarca de Além Paraíba, também integrada pelos municípios de Santo Antônio do Aventureiro e Volta Grande, o promotor de Justiça José Gustavo Guimarães da Silva explica que instaurou Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas, no qual requisitou informações aos municípios, recomendando a inclusão do tema do combate à violência contra a mulher na grade curricular e a realização de eventos que promovam o debate na comunidade escolar.

Para o promotor de Justiça, tendo em vista o aumento significativo das estatísticas de violência contra a mulher e a gravidade da questão, a discussão do tema é fundamental em todas as instâncias da sociedade, inclusive entre estudantes dos ensinos fundamental e médio.

Educação como estratégia de prevenção

Para a coordenadora do Caoeduc, promotora de Justiça Giselle Ribeiro de Oliveira, a campanha institucional do MPMG reafirma a compreensão de que a educação é uma das principais estratégias para o enfrentamento da violência contra a mulher. Ao promover o debate sobre o tema no ambiente escolar, busca-se transformar padrões culturais e promover uma sociedade mais justa e igualitária.

“A escola é um espaço privilegiado de formação cidadã. Incluir a prevenção à violência de gênero nos currículos é garantir que nossas crianças e adolescentes cresçam reconhecendo o valor da igualdade, do respeito e da dignidade humana”, afirma a promotora de Justiça.

A Lei nº 14.164/2021, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, obriga as escolas públicas e privadas a realizarem, no mês de março, a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher e a tratarem o tema de forma contínua como conteúdo transversal dos currículos. O Ministério Público atua para garantir o efetivo cumprimento dessa norma legal.

Segundo a coordenadora do Caoeduc, a iniciativa reafirma o compromisso do MPMG com a promoção dos direitos das mulheres, da infância e da juventude, e com a educação como ferramenta de transformação social. “A atuação dos promotores de Justiça em parceria com os Centros de Apoio permite uma resposta institucional coordenada, estratégica e sensível à realidade escolar e à urgência do combate à violência de gênero”, destaca Giselle Ribeiro de Oliveira.

Fonte: MPMG

EM EVENTO COM EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES E INTERNET, MPMG DISCUTE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO AMBIENTE VIRTUAL



Catfishing, cyberalking, revenge porn, sextorsão e cyberbullying. Esses termos podem, à primeira vista, parecer estranhos para a maioria das pessoas. Porém, quando contextualizados no ambiente cibernético remetem a práticas criminosas, cometidas principalmente contra meninas e mulheres. Esses e outros assuntos foram discutidos durante o “Abramulti Music 2025”, realizado no Expominas, em Belo Horizonte, entre os dias 2 e 3 de abril. Voltado para as empresas de telecomunicações e internet, o evento contou com a participação do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG).

Segundo os organizadores do evento, cerca de 1.500 pessoas acompanharam o painel pela internet.

Acompanhe a palestras dos promotores de Justiça a partir de 2h, 4 minutos e 10 segundos.

O painel “Crimes Cibernéticos contra as Mulheres” foi realizado nesta quinta-feira e contou com as participações dos promotores de Justiça André Salles Dias Pinto, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate aos Crimes Cibernéticos (Gaeciber), Denise Guerzoni Coelho, coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Combate à Violência Doméstica e familiar contra a Mulher (CAO-VD) e da subsecretária de Política dos Direitos das Mulheres, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Joana Maria Teixeira Coelho Moreira.

Um estande, compartilhado entre a Sedese e o MPMG, foi instalado no Expominas junto com outros de empresas de telecomunicação e internet. No local, servidores do Ministério Público e da Sedese conversavam com os visitantes e distribuíam materiais informativos.

Crimes virtuais contra as mulheres

A promotora de Justiça Denise Guerzoni explicou cada uma das práticas criminosas e falou ainda o histórico evolutivo na legislação, por meio da tipificação dos crimes e criação de leis. Segundo ela, “os crimes e o termos utilizados para cada delito estão relacionados à vingança por meio de exibição de conteúdo íntimo; perseguição persistente por meios digitais, monitoramento e assédio contínuo; uso de identidade falsa para enganar vítimas e induzir relacionamentos; extorsão mediante ameaça de divulgar conteúdo íntimo da vítima; e intimidação sistemática por redes sociais, aplicativos e até mesmo por jogos on-line.



Já o promotor de Justiça André Salles, destacou a importância de pais e responsáveis por crianças e adolescentes acompanharem de perto o que os menores têm feito no ambiente virtual. “As crianças e adolescentes não podem ficar sozinhas no ambiente virtual. É preciso que os pais ou responsáveis estejam atentos, monitorem seus filhos, saibam o que eles estão acessando e com quem eles estão conversando. O público jovem gosta muito de jogos de plataformas com interação social. Muitos criminosos do ambiente cibernético utilizam-se dessas plataformas, sabendo que elas são direcionadas às crianças e adolescentes, para praticar crimes, aliciá-los e praticar inúmeros outros ilícitos”.



Parceria com provedores de internet

Ao final do painel “Crimes Cibernéticos contra as Mulheres”, alguns empresários, principalmente os responsáveis pelos provedores de internet, conversaram com os promotores de Justiça em busca de parcerias.

Segundo Denise Guerzoni, que ressaltou a participação do MPMG em um evento privado, o objetivo é implementar a educação digital de forma a trazer o ambiente virtual mais próximo da segurança possível. “Temos todo o interesse, enquanto promotores de Justiça com atuação especial nas áreas de crimes cibernético e violência contra a mulher, de estabelecer parcerias com essas empresas de tecnologia. Os processos nos quais atuamos já são virtuais. Se a criminalidade está dentro da internet, a proteção, nesse caso o Ministério Público, também tem que estar. Hoje plantamos uma semente”.

Fonte: MPMG

MPGO ASSINA PROTOCOLO PARA PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES



O chefe do Ministério Público de Goiás (MPGO), Cyro Terra Peres, assinou o protocolo de intenções "Antes que Aconteça", voltado à prevenção, enfrentamento e superação da violência contra a mulher no Brasil. A adesão ocorreu em evento no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em Brasília, com a presença do procurador-geral da República, Paulo Gonet, do ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, de parlamentares e de membros do MP brasileiro.

O protocolo visa implementar e desenvolver políticas de acesso à justiça, segurança, garantia e promoção de direitos das mulheres, com ênfase na estruturação de salas de atendimento especializado em estruturas do Sistema de Justiça.

Entre as ações previstas estão a ampliação das políticas de prevenção à violência contra mulheres, desenvolvimento de aplicativos e plataformas de apoio, modernização de delegacias, promoção de parcerias entre órgãos governamentais e entidades não governamentais, além de ações para independência econômica e empregabilidade de mulheres em situação de violência.

O protocolo terá vigência de 36 meses e poderá receber a adesão de unidades e ramos do Ministério Público de todo o país.

"Esta iniciativa representa um esforço conjunto e coordenado para enfrentar o desafio da violência contra a mulher de forma abrangente e inovadora, permitindo o avanço nas políticas públicas de proteção à mulher no Brasil", destacou o procurador-geral de Justiça, Cyro Terra Peres. (Texto: Assessoria de Comunicação Social do MPGO / Fotos: CNMP)

Fonte: MPGO

É UM ESFORÇO COLETIVO, AFIRMA OLIVEIRA E COSTA AO ENTREGAR UNIDADE DO NAVV EM DIADEMA

Nesta quinta-feira (10/4), o procurador-geral de Justiça, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, presidiu a cerimônia de inauguração simbólica de mais uma unidade do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência (NAVV), serviço que chega agora à comarca de Diadema. "O segredo deste equipamento é o esforço coletivo", asseverou o PGJ, ressaltando que o NAVV representa o compromisso institucional de acolher. "Aqui é um lugar de cuidado e de esperança", disse o PGJ.

A promotora Marília Molina, que coordena o núcleo, classificou o dia como uma data "muito feliz" para todos que atuam em Diadema. De acordo com ela, o Ministério Público demonstra que "também olha para a vítima, também a acolhe". Em sua manifestação, Marília registrou ainda que "uma das principais realizações do doutor Paulo Sérgio será a expansão dos NAVVs".

A coordenadora do Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOCrim), Tatiana Callé, informou que já são 11 unidades em todo o Estado e a meta da administração superior é chegar a 31. O PGJ agradeceu o empenho de Tatiana e apontou que "o discurso da doutora Marília é um discurso de quem gosta de gente", para em seguida realçar o que definiu como "comprometimento com a comunidade" por parte dos promotores Rodrigo Machado, Andrea Berti Rollo, Ana Laura Teixeira Martins, Marcelo Vieira de Mello e Juliana Maciel Ramos.

"Parabéns pela inauguração. Muito sucesso", pontuou a vice-secretária do Conselho Superior do MPSP, Cláudia Beré, que representou o colegiado na solenidade realizada na comarca na qual atuou por quatro anos. "A inauguração representa um olhar humano a quem enfrenta momentos de dor", disse o prefeito Taka Yamauchi.

Fonte: MPSP

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MUANÁ REALIZA ENCONTRO DE ACOLHIMENTO PARA VÍTIMAS DE ESCALPELAMENTO



Na última quinta-feira (10), o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio da Promotoria de Justiça de Muaná, promoveu um importante encontro de acolhimento voltado às vítimas de escalpelamento no município. A iniciativa foi conduzida pelo promotor de Justiça titular Luiz Gustavo da Luz Quadros, com o apoio da sua equipe ministerial.

O momento foi marcado por uma programação voltada à acolhida e à escuta das vítimas, em que foram realizadas dinâmicas de integração, rodas de conversa, brincadeiras e um café da tarde - além da entrega de brindes às mulheres participantes. Na ocasião, as vítimas do trauma compartilharam suas histórias de vida e apresentaram demandas relacionadas ao acompanhamento e à assistência oferecida pelo poder público. Acompanharam a agenda a assessora ministerial Kellen Cristina Teixeira, o técnico administrativo Emerson Moreira, o psicólogo Zoenio da Silva e a assistente social Danielle Borges, além de representante do Comitê de Enfrentamento ao Escalpelamento.

A partir desses relatos, foram traçados encaminhamentos e propostas que serão formalizados junto aos órgãos responsáveis, visando a garantir maior amparo e políticas públicas efetivas. O promotor Luiz Gustavo Quadros destacou o compromisso do Ministério Público com a defesa da dignidade das vítimas de escalpelamento e reafirmou o papel da instituição na promoção de ações que assegurem direitos e inclusão social.

Fotos e texto: PJ de Muaná, com edição Ascom MPPA

Fonte: MPRS

ENCONTRO INTERINSTITUCIONAL PROMOVE ARTICULAÇÃO PARA INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA



A Coordenadoria de Planejamento e Gestão (Coplan) promoveu na manhã de hoje (14/4) um encontro estratégico com a coordenadora e a gerente do Programa Mulher Protegida da Secretária de Assistência Social/SEAS, Ana Carolina Assunção e Adriana Maia, respectivamente, e com a Coordenadora da Coter/SINE, Tereza Cristina Brito, com o objetivo de alinhar diretrizes para a criação de um banco de talentos voltado à contratação de mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente da violência doméstica e familiar.

A iniciativa busca não apenas cumprir as determinações previstas na Resolução nº 264/2023 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e na Resolução nº 497/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mas, sobretudo, consolidar uma rede de apoio efetiva à autonomia e dignidade dessas mulheres, por meio da inserção no mercado de trabalho formal.

O encontro reforça a importância das parcerias interinstitucionais na promoção de políticas públicas integradas, capazes de gerar impacto social concreto. A articulação entre órgãos do sistema de justiça, políticas públicas e empregabilidade é fundamental para romper ciclos de violência, promovendo oportunidades reais de recomeço e desenvolvimento pessoal.

A criação do banco de talentos representa um passo significativo na construção de caminhos de superação, reafirmando o compromisso institucional com a equidade, a inclusão e os direitos humanos.

Fonte: MPRO

MPPA REALIZA REUNIÃO ESTRATÉGICA COM POLÍCIA MILITAR PARA FORTALECER PROJETO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) promoveu, por meio do promotor de justiça Franklin Lobato Prado, na última quinta-feira (10), uma reunião de articulação para o fortalecimento do projeto institucional “O MP bate à sua porta”, iniciativa voltada à redução dos índices de violência doméstica e familiar contra a mulher. O encontro, ocorrido na sede do MPPA em Belém, consolidou parcerias fundamentais entre a Polícia Militar do Pará e o Núcleo Mulher do MPPA, visando a uma maior integração entre as instituições na atuação preventiva da violência de gênero.

O projeto “O MP bate à sua porta” é uma ação estratégica que prevê visitas institucionais a mulheres com medidas protetivas, realizadas pela Patrulha Maria da Penha, por promotores de justiça e servidores do MPPA. O foco é levar informação e apoio direto às vítimas, orientando-as sobre seus direitos e os recursos disponíveis para sua proteção.

Com a nova etapa do projeto, o Núcleo Mulher do MPPA passa a atuar ativamente no encaminhamento das vítimas atendidas às atividades dos grupos reflexivos, conforme descrito no projeto complementar “Atendimento em Grupo e de Caráter Reflexivo com Mulheres em Situação de Violência Doméstica”. Esses grupos promovem espaços de escuta e debate sobre temas como direitos humanos, patriarcalismo, machismo estrutural e a Lei Maria da Penha, buscando fomentar a autonomia, a reconstrução da autoestima e o rompimento com ciclos de violência.

Estiveram presentes na agenda, além do promotor de justiça Franklin Lobato, titular da 3ª Promotoria de Justiça de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher; o Coronel Franco, chefe do Gabinete Militar do MPPA; o Coronel Marcelo, comandante do Comando de Policiamento Especializado (CPE); a Major Rute, comandante da Companhia Independente Especial de Polícia de Assistência Social (CIEPAS); e o jornalista Joaquim Lima, responsável pela divulgação institucional do projeto.

Durante a reunião, foi enfatizada a importância de garantir apoio continuado por parte da Polícia Militar, especialmente no que diz respeito à participação da Patrulha Maria da Penha nas visitas. O promotor reforçou que “a permanência das equipes e o engajamento institucional são fundamentais para que as ações gerem impacto real na vida das mulheres atendidas”. A iniciativa também será amplamente divulgada nos meios de comunicação — como rádios, canais de TV e redes sociais — para ampliar o alcance da informação e reforçar a presença ativa do Ministério Público na defesa dos direitos das mulheres.

O projeto tem obtido resultados visíveis, como a celebração de termos de ajustamento de conduta, acordos sobre guarda e pensão, e maior adesão aos programas de apoio - consolidando-se como um instrumento essencial de promoção da justiça, da cidadania e da igualdade de gênero.

Foto e texto: Núcleo Mulher, com edição Ascom MPPA

Fonte: MPPA

MPDFT ATUA NA PROTEÇÃO DO SIGILO DE DADOS SENSÍVEIS DE VÍTIMAS E TESTEMUNHAS



O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), por meio do Núcleo de Atenção às Vítimas (Nuav), realizou, na última segunda-feira, 14 de abril, reunião com os integrantes do Grupo de Trabalho voltado à construção de estratégias para resguardar a confidencialidade das informações sensíveis de vítimas e testemunhas. Além do MPDFT, fazem parte do grupo o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), a Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) e a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF).

Durante o encontro, foram discutidas regras mínimas para a preservação do sigilo das informações, tanto de vítimas quanto de testemunhas. O Nuav apresentou minuta inicial com sugestões normativas, elaborada com base em estudos técnicos e submetida previamente à apreciação das Câmaras de Coordenação e Revisão Criminal e do procurador-geral de justiça. Representaram o MPDFT na reunião o vice-procurador geral de justiça Antônio Marcos Dezan e os promotores de justiça Jaqueline Ferreira Gontijo, Lia de Souza Siqueira e Maurício Saliba Alves Branco.

A atuação conjunta do do Nuav, do Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial (NCAP) e da Assessoria Criminal da Procuradoria-Geral de Justiça tem fortalecido as medidas para assegurar a proteção integral dos direitos das vítimas, especialmente no que se refere ao sigilo de seus dados pessoais em investigações criminais, procedimentos de apuração de ato infracional e ações penais.

Fonte: MPDFT

SECRETÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIS VISITA NÚCLEO DE ATENDIMENTO A VÍTIMAS DE CRIMES E SISTEMA PENITENCIÁRIO NO CEARÁ



O secretário nacional de Políticas Penais, André Garcia, cumpriu agenda de trabalho no estado do Ceará onde se reuniu com a Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização (SAP CE) e também com o Ministério Público cearense. O objetivo da visita foi conhecer as implementações no sistema penitenciário local e conhecer o projeto criado pelo MPCE para acolhimento de vítimas de crimes.

Na SAP CE, André Garcia foi recebido pelo secretário Mauro Albuquerque, que apresentou os avanços implementados no sistema penitenciário cearense, com destaque para o uso de câmeras corporais pela polícia penal desde 2023. O Ceará foi o primeiro estado brasileiro a implementar essa tecnologia no sistema penitenciário. Garcia também visitou o Centro de Controle e Monitoramento (CFTV), onde é realizado o acompanhamento em tempo real das câmeras instaladas nas unidades prisionais. Além disso, a comitiva conheceu os novos veículos recentemente incorporados à frota penitenciária, incluindo viaturas, carros adaptados, ônibus e vans, todos destinados a aprimorar o serviço e garantir maior mobilidade e segurança para as operações da Secretaria, investimentos realizados por meio do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN).

Durante a visita ao Ministério Público do Estado do Ceará, o Secretário Nacional conheceu o Núcleo de Acolhimento às Vítimas de Violência (NUAVV). A visita foi acompanhada pelo procurador-geral de Justiça, Haley Carvalho, e pela coordenadora do Núcleo, procuradora de Justiça Joseana França.

A Iniciativa é beneficiada por recursos do Programa Recomeçar, (antigo ProDAV). Por meio do convênio 937138/2022, a SENAPPEN repassou o valor de R\$550.024,05 ao MPCE para qualificação de profissionais da equipe técnica e fortalecimento da estrutura do NUAVV. Durante a visita foi debatida a assinatura de um aditivo para expandir a modernização e interiorizar as atividades do NUAVV, com previsão de assinatura em cerimônia do Programa Recomeçar, a ser realizada em Brasília.

"Estou muito satisfeito com a oportunidade de visitar o estado do Ceará e conhecer de perto o modelo de gestão penitenciária adotado pelo estado, que tem se destacado como referência nacional. Nosso principal objetivo é avaliar essas práticas inovadoras e fortalecer a parceria entre o Governo Federal e o estado do Ceará. A troca de experiências e a colaboração contínua são fundamentais para consolidarmos avanços significativos no sistema penitenciário brasileiro. Além disso, as boas práticas do Núcleo de Acolhimento às Vítimas de Violência poderão servir como referência para outras regiões do país, promovendo um atendimento mais humanizado e eficiente às vítimas de violência. Acredito que, juntos, podemos transformar e modernizar nosso sistema penitenciário, garantindo mais segurança, transparência e reintegração social, avançando cada vez mais nas metas e objetivos do plano Pena Justa", afirma André Garcia.

Fonte: GOVBR

ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA É TEMA DE REUNIÃO PROMOVIDA PELO MPTO



Debater a adoção de modelos unificados para o registro de informações relacionadas a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência foi tema de reunião realizada na quarta-feira, 23, na sede do Ministério Público do Tocantins (MPTO), em Palmas. O encontro se deu em razão da necessidade de implementação do Decreto Municipal 2.609/2024, que traz o Formulário de Acolhida/Revelação Espontânea e o Prontuário Integrado de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítima e/ou Testemunha de Violência na Rede de Proteção de Palmas.

Mediado pelo coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação (Caopije) e titular da 21ª Promotoria de Justiça da Capital, promotor Sidney Fiore Júnior, o encontro abordou a utilização de formulário e prontuário específicos por profissionais de assistência social, educação, saúde e segurança no atendimento ao público infantojuvenil. O uso do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia) também fez parte do debate.

“Compreender a Rede de Proteção, com as especificidades, e aprimorar o funcionamento do atendimento às vítimas e às testemunhas de crimes praticados contra crianças e adolescentes fazem parte de nossas rotinas. A adoção do Sipia e de outras metodologias configura uma evolução de atividades que se complementam na prestação do serviço à população. Esse encontro multiprofissional e essa integração são muito importantes”, reforçou o promotor Sidney Fiore.

Mais de 40 pessoas participaram do encontro, que contou com representantes do Tribunal de Justiça, da Defensoria Pública, do Conselho Municipal de Assistência Social, do Conselho Tutelar, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, do Instituto Médico Legal, da Guarda Municipal e das secretarias de Saúde e Educação. Profissionais autônomos, a exemplo de advogados e jornalistas, também estiveram presentes.

Dentre os pontos levantados pelos participantes, abordou-se a necessidade de formação teórica e prática para uso do Sipia, além de reforço na atuação integrada e multidisciplinar no atendimento a vítimas e testemunhas de crimes cometidos contra crianças e adolescentes, a exemplo de abuso sexual. Questões éticas, atuação protetiva, uniformização de procedimentos e comunicação sigilosa também foram discutidas durante a reunião.

Ao final do encontro, foram apresentadas as seguintes deliberações: cadastramento de profissionais da Rede de Proteção no Sipia; realização de cursos para uso dos sistemas de informação; formação de câmara técnica para utilização dos sistemas; e utilização do formulário unificado de revelação espontânea. Uma nova reunião será realizada no mês de maio.

Texto: Francisco Shimada - Ascom/MPTO

Fonte: MPTO

NAVV DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO CHEGA À COMARCA DE BAURU



A partir de agora, Bauru conta com uma unidade do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência (NAVV), estrutura implementada pelo MPSP para prestar apoio integral a quem sofre com a prática de crimes. Os serviços serão oferecidos com suporte da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Na inauguração do espaço, ocorrida nesta quinta-feira (24/4), o procurador-geral de Justiça, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, afirmou diante de um auditório lotado que a chegada do NAVV a Bauru representa o fortalecimento de um compromisso institucional que é, antes de tudo, humano: o de acolher e dar voz às vítimas de violência. "Trata-se da materialização de uma visão de Justiça que reconhece na vítima um sujeito de direitos, e não um mero instrumento do processo penal", garantiu. Ainda segundo o PGJ, o Ministério Público de São Paulo tem assumido a missão de promover uma Justiça mais empática, acessível e atenta às dores de quem sofre violações. "O NAVV é uma expressão concreta desse novo paradigma, oferecendo escuta qualificada, orientação e amparo psicológico", disse, reforçando que o núcleo encontra na eficiência dos promotores de Justiça de Bauru um ambiente propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Durante o evento, o promotor Carlos Eduardo Imaizumi, coordenador do NAVV em Bauru, afirmou que as portas estarão abertas para aqueles que, muitas vezes, não conseguiam acompanhar o andamento de processos nos quais figuram como vítimas nem encontravam o suporte necessário para superar o trauma causado por condutas criminosas. "Espero corresponder aos anseios da sociedade com nossa atuação", concluiu.

"Agora temos um caminho para ajudar melhor as vítimas de crimes, pois o objetivo central do NAVV é acolher e encaminhar essas pessoas, contando com o apoio de toda a sociedade", frisou a coordenadora do Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOCrim), Tatiana Callé.

Danilo Gabas, psicólogo gestor do Núcleo Técnico de Atenção Psicossocial da UNESP, declarou que a parceria entre a instituição de ensino e o NAVV oferecerá a alunos de cursos como o de psicologia a oportunidade de vivenciar na prática situações que são discutidas em sala de aula. "Esse aprendizado irá acompanhá-lo por toda sua carreira", previu.

Também compuseram a tribuna de honra da solenidade o subprocurador-geral de Justiça Criminal, Ivan Agostinho; a juíza de Direito Daniele Mendes de Melo, o presidente da subseção Bauru da OAB, Thiago Tezani; e o presidente da Câmara de Bauru, Marcos Antônio de Souza. A inauguração foi acompanhada ainda pela chefe de Gabinete da PGJ, Mylene Comploier; pelo chefe de Gabinete da Subprocuradoria-Geral de Justiça Criminal, Fábio Goulart; pelo assessor da Diretoria-Geral do MPSP Roberto Salles, pela assessora do CAOCrim Fernanda Moretti, pelo coordenador Núcleo de Execuções Criminais, Paulo de Palma; e pelos promotores de Justiça Lucas Pimentel de Oliveira, Luis Claudio Davansso, Libório do Nascimento, Henrique Varonez, Luiz Eduardo Sciuli de Castro, Jerônimo Crepaldi Junior, Alex Ravanini Gomes, Fernando Helene, Paulo Sérgio Foganholi, Hercules Sormani Neto, Luiz Carlos Gonçalves Filho, Ricardo Kakuta, Enilson Komono, Thaisa Frezza, Mariane Del Preti, Ana Maria Romano, Vivian Castro Ayres, Paula Coube, Rafael Abujamra, Gabriela Salvador, Silvio Barbagalo e Julio Cesar Palhares. Estiveram presentes representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, assim como da sociedade civil e de órgãos da segurança pública.

Fonte: MPSP

REFLETIR PARA TRANSFORMAR: PROJETO DO MPSC PROMOVE CONSCIENTIZAÇÃO ENTRE AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM SÃO LOURENÇO DO OESTE

Homens autores de violência doméstica que possuem medidas protetivas de urgência em seu desfavor têm recebido, em São Lourenço do Oeste, uma oportunidade de reflexão e mudança de comportamento. Trata-se do projeto "Violência nunca mais", desenvolvido pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca desde agosto de 2024 e que tem o objetivo de promover a conscientização e a responsabilização dos agressores, por meio de encontros semanais conduzidos por uma equipe multidisciplinar. A gestão é compartilhada com a Assistente Social Forense Simone Zazerka Bavaresco e com a Psicóloga Flávia Sanagiotto, além de contar com o apoio direto da estagiária do Ministério Público Gabriela Polleti de Macedo.

O Promotor de Justiça responsável pelo projeto, Mateus Minuzzi Freire da Fontoura Gomes, explica que os três municípios da comarca, Jupiá, Novo Horizonte e São Lourenço do Oeste, aderiram à iniciativa, que vem sendo aprimorada a cada nova turma. "Já estamos na segunda e notamos resultados positivos, homens que reconhecem e agradecem a oportunidade em participar do projeto, entendendo as consequências da violência e os motivos que provocaram as suas condutas", avalia.

João da Silva, nome fictício, participou da primeira turma do projeto e relata que o grupo o ajudou muito a perceber as consequências dos seus atos. "Foi bem proveitoso. Os palestrantes explicaram bem como funcionam as leis, o que é certo e o que é errado... Esse grupo já me ajudou e, para a frente, também vai ajudar muita gente. É uma iniciativa que vai dar certo", diz.

A expectativa, ressalta o Promotor de Justiça, é que os reflexos do projeto se estendam para além dos participantes diretos. A proposta é que os homens impactados pelas reflexões e vivências do grupo se tornem multiplicadores do que aprenderam, contribuindo para uma cultura de respeito e não violência. "Esperamos que o resultado seja observado em nossa comunidade, com a diminuição dos casos de violência doméstica e familiar, e para que os homens possam difundir o que aprenderam aos seus familiares, colegas e amigos. O resultado no primeiro grupo já foi importante, sem reincidência até o momento", conclui.

Como funciona o projeto?

A iniciativa é amparada pelo artigo 22 da Lei Maria da Penha, que prevê a participação obrigatória dos autores de violência em grupos reflexivos, sempre que determinado pelo Poder Judiciário. Em São Lourenço, o projeto tem contribuído não apenas para o cumprimento dessa exigência legal, mas para a efetiva transformação de comportamentos, com resultados já perceptíveis na comunidade.

Cada turma do projeto é composta por aproximadamente 20 participantes, número estabelecido para garantir o aprofundamento das discussões e a qualidade do acompanhamento oferecido. Ao longo de 10 encontros semanais, com duração média de 1h30 cada, os participantes são conduzidos por reflexões sobre temas relacionados ao direito e ao autoconhecimento.

Os encontros são ministrados pela psicóloga responsável pela proposta pedagógica do projeto, com apoio da Polícia Militar, da Polícia Civil e da Assistência Social. A cada semana, um novo tema é explorado, conforme o eixo definido - jurídico ou psicológico -, buscando provocar a reflexão, ampliar a consciência e auxiliar os participantes a reconhecerem os gatilhos e motivos que os levaram à prática da violência.

Entre os assuntos abordados estão os tipos de violência previstos em lei e suas consequências, medidas protetivas, atuação da polícia, uso de álcool e drogas, impactos da violência para a família e a imagem familiar. Também são tratados temas como crenças limitantes, emoções e relacionamentos, experiências de vida, comunicação não violenta e alternativas comportamentais em situações de conflito.

Para integrar o projeto, os homens são triados pela Assistência Social forense, que avalia caso a caso antes do encaminhamento ao grupo. Em situações específicas, quando se entende que a participação não seria eficaz, o Ministério Público é consultado para avaliar a substituição da medida imposta.

Fonte: MPSC

MPMG PROPÕE UNIÃO DE INSTITUIÇÕES PARA FORTALECER COMBATE À VIOLÊNCIA SEXUAL NO ESTADO

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) realizou, na última quarta-feira, 23 de abril, na sede da Unidade de Combate ao Crime e à Corrupção (UCC), em Belo Horizonte, reunião de apresentação oficial do Projeto Protocolo Elo. A iniciativa visa unir instituições para a construção de um protocolo conjunto interinstitucional, com o objetivo de aprimorar a apuração de crimes de violência sexual no estado.



A proposta é qualificar a colheita provas, desde a primeira resposta, de modo a garantir direitos fundamentais das vítimas e evitar a revitimização.

O encontro contou com a participação de representantes do Centro Estadual de Apoio às Vítimas – Casa Lilian e do Centro de Apoio Operacional Criminal (Caocrim) - órgãos do MPMG -, além da Polícia Civil de Minas Gerais, do Instituto de Criminalística, do Instituto Médico Legal, da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, da Secretaria de Estado de Saúde e da Polícia Militar de Minas Gerais.

Durante a reunião, foram apresentados os fundamentos e objetivos do Protocolo Elo, que busca contribuir para uma apuração criminal humanizada, eficiente e integrada. A construção do protocolo se apoia em marcos jurídicos recentes, como a decisão na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1107 e a Lei nº 14.245/2021 (Lei Mariana Ferrer), que reforçam o dever do Estado de assegurar a proteção integral às vítimas de violência sexual e o combate à revitimização.



A promotora de Justiça Ana Tereza Giacomini, coordenadora da Casa Lilian, órgão do MPMG que atende inúmeras vítimas de violência sexual, destacou a importância da articulação entre as instituições como forma de unir forças por maior eficiência na investigação da violência sexual e pela dignidade das vítimas. “A violência sexual tem alta taxa de subnotificação, o que afasta as vítimas da proteção e do acesso a direitos, favorecendo apenas ao agressor. Entre as causas da falta de registros oficiais, não podemos descartar a descrença no sistema criminal e o receio de revitimização”, observou. De acordo com a promotora, a criação de um protocolo interinstitucional é fundamental para aprimorar a investigação do crime e o atendimento às vítimas pelos órgãos de segurança e justiça.

Também durante o encontro, o promotor de Justiça Marcelo Schirmer Albuquerque lembrou que “qualificar a prova técnica, desde a identificação e colheita dos vestígios, até a realização de perícias adequadas ao caso, não só contribui para o resultado esperado do processo penal na busca da verdade, mas tem como efeito extraprocessual positivo evitar a revitimização”.

Na oportunidade, foram detalhadas as próximas etapas de implementação, incluindo a criação de um grupo de trabalho para identificar boas práticas; elaborar e compartilhar fluxos de atendimento, protocolos e procedimentos; e promover ações de lançamento do protocolo e capacitação.

Ao final da reunião, os participantes reafirmaram o compromisso de suas instituições com a construção coletiva do documento e com a proteção às vítimas em Minas Gerais.

A expectativa é de que a consolidação do Protocolo Elo represente um marco no aprimoramento da resposta institucional aos crimes de violência sexual, assegurando maior eficácia nas investigações e respeito à dignidade das vítimas.

Fonte: MPMG

MPRO ALINHA PLANO DE AÇÃO PARA PROTEGER PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NO BAIXO MADEIRA



O Ministério Público de Rondônia (MPRO) promoveu, nesta quarta-feira (30/4), uma reunião para definir ações de enfrentamento à violência contra mulheres e outras pessoas em situação de vulnerabilidade. O encontro ocorreu na sede da Instituição, em Porto Velho, e contou com a participação de servidores do Gaeciv e do Gaesp. A ação acontecerá na 9ª etapa do projeto MP Itinerante, que será realizado entre os dias 5 e 9 de maio, nos distritos de São Carlos, Nazaré e Calama.

A proposta da reunião foi integrar as equipes e alinhar os atendimentos que serão realizados em ações do MP Itinerante. O plano de ação prevê atendimento humanizado a mulheres, crianças, adolescentes, pessoas idosas, com deficiência e com mobilidade reduzida, com foco no acolhimento, sigilo e respeito à realidade local.

Segundo a promotora de Justiça Tânia Garcia, a atuação conjunta entre os órgãos do MPRO e a rede de apoio local é essencial para garantir efetiva proteção às vítimas. “Precisamos construir estratégias que levem em conta a escuta sensível e o sigilo como fundamentos do atendimento. Nosso objetivo é acolher essas pessoas de forma digna e eficiente”, afirmou.

Plano de trabalho

Entre as atividades previstas no plano, estão rodas de conversa com representantes institucionais e da rede local, escuta qualificada das vítimas, registro legal das denúncias e orientações sobre canais de denúncia. Os atendimentos ocorrerão em espaços previamente definidos nos territórios atendidos, incluindo ações no barco do MP Itinerante.

A promotora também destacou que o trabalho será pautado pela integralidade das políticas públicas, buscando garantir direitos em articulação com instituições como o Centro de Atendimento às Crianças e Adolescentes (CTCA), a Secretaria de Assistência Social (SEAS) e a Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família (SEMASF).

Fonte: MPRO

BANCO DE PEÇAS - CAO-VÍTIMAS

O Centro de Apoio Operacional de Defesa Defesa das Vítimas, Testemunhas e Colaboradores informa que o Banco de Peças e o Portal do CAO encontram-se atualizados com materiais de apoio, manual de atuação, instruções de Pesquisa Processual, Leis, Decretos, Regulamentos acerca dos Programas de Proteção, entre outros materiais, para auxiliar os Membros e Servidores na execução das atividades finalísticas, relacionadas à área do Direito das Vítimas, Testemunhas e Colaboradores.

Clique nas imagens abaixo para ser redirecionados:

